

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.648 - RJ (2019/0201227-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
THAIS DOS SANTOS LIMA - SP260458
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ADENILTON LEMES PAIVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de ADENILTON LEMES PAIVA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 04/09/2017, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, alegando que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal diante do excesso de prazo na instrução criminal O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, nos termos do em v. de fls. 11-19, cuja ementa segue transcrita:

"EMENTA: HABEAS CORPUS - CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO - ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, EM RAZÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL - MANDAMUS QUE BUSCA O RELAXAMENTO DA PRISÃO DO PACIENTE OU A IMPOSIÇÃO DE CAUTELARES DIVERSAS DA MEDIDA EXTREMA - PACIENTE QUE RESPONDE A AÇÃO PENAL POR SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME CONTRA VIDA, EIS QUE PRESUMIDAMENTE A VÍTIMA TERIA PERPETRADO ROUBO EM SUA RESIDÊNCIA - DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO DO PACIENTE DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GRAVIDADE DO CASO EM CONCRETO - ALEGAÇÃO DE EXCESSO PRAZO NA MARCHA PROCESSUAL QUE NÃO SE

Superior Tribunal de Justiça

VERIFICA - INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA OU INÉRCIA DO JUÍZO NA CONDUÇÃO DOS AUTOS DA AÇÃO PENAL EM DESFAVOR DO PACIENTE - PRAZOS PROCESSUAIS QUE SÃO AFERIDOS MEDIANTE UM JUÍZO DE RAZOABILIDADE E DIANTE DO CASO EM CONCRETO - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTES PARA A HIPÓTESE -INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" (fls. 11-12).

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para conclusão do feito.

Requer, ao final, o relaxamento da prisão preventiva e, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

A liminar foi indeferida à fl. 100.

As informações foram prestadas às fls. 38-50 e fls. 52-94.

O Ministério Público Federal, às fls. 113-116, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, ou pela denegação da ordem, em parecer ementado nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS IMPETRADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. ADEMAIS, NÃO É O CASO DE CONCESSÃO DE OFÍCIO DA ORDEM. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO EM RAZÃO DE SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. CASO ULTRAPASSADO O JUÍZO DE PRELIBAÇÃO, NO MÉRITO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM." (fl. 113).

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto **sucedâneo de recurso ordinário**.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Requer o impetrante, em síntese, o relaxamento da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas.

Inicialmente ressalta-se que o término da instrução processual não possui características de fatalidade e de improrrogabilidade, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais. A propósito, esta Corte, firmou jurisprudência no sentido de se considerar o **juízo de razoabilidade** para eventual constatação de constrangimento ilegal ao direito de locomoção decorrente de excesso de prazo, levando-se em consideração a quantidade de delitos, a pluralidade de réus, bem como a quantidade de advogados e defensores envolvidos. Sobre o tema:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PARTICULARIDADES DA CAUSA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA AUTORIDADE

Superior Tribunal de Justiça

JUDICIÁRIA. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

3. No caso, observa-se que a prisão do acusado ocorreu em 3/5/2017, convertida em preventiva no dia seguinte. A denúncia foi recebida em 10/12/2017, com designação da audiência de instrução e julgamento para 4/4/2018, ocasião em que houve determinação de abertura de vistas às partes para apresentação de alegações finais assim que juntados aos autos o laudo definitivo de constatação da natureza e quantidade da droga. Além do mais, de consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal estadual constatou-se que, em 5/2/2019, foram juntados documentos, tudo a indicar a proximidade do término do processo.

4. Além disso, importa ressaltar que, consoante consignado no acórdão objurgado, o feito está na fase do art. 402 do Código de Processo Penal, o que demonstra que, de fato, houve o fim da instrução, o que faz incidir na hipótese a Súmula n. 52 deste Superior Tribunal de Justiça.

5. Habeas corpus não conhecido." (HC 483.016/PE, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 12/03/2019, grifei)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS NÃO DETERMINANTES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA ESTATAL NÃO CARACTERIZADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O art. 312 do Código de Processo Penal apresenta como pressupostos da prisão preventiva o periculum libertatis e o fumus commissi delicti, este caracterizado pela

Superior Tribunal de Justiça

prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele representado pela garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. *É válido o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade in concreto do fato delituoso, cifrada na quantidade de entorpecente apreendido - 844, 4kg de maconha. Precedentes do STJ.*

3. *A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela. Precedentes do STJ.*

4. *A complexidade da causa, o concurso de pessoas, a intensa movimentação processual e o conflito de competência suscitado pela Defesa são indicativos de que a marcha processual, embora superados os prazos legais, seja razoável à espécie.*

5. *A análise do excesso de prazo na instrução criminal deve ser realizada segundo as peculiaridades do caso concreto, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e não pela simples soma aritmética.*

6. *Recurso ordinário desprovido.*" (RHC 102.760/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 11/03/2019, grifei).

Colhe-se do v. acórdão vergastado, no que pertine ao trâmite da ação penal originária, **verbis**:

"Dos autos se pode extrair que o ora Paciente foi denunciado pelo Ministério Público, em razão da suposta prática do delito descrito no artigo 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal, sendo que ao receber a peça acusatória, o Juízo tido por coator decretou a prisão preventiva do Paciente, em 22.06.2017, restando ele recolhido ao cárcere em 05.09.2017.

Consoante aludido pela ilustrada Procuradoria de Justiça (fl. 21), o mandamus não foi instruído com peças processuais importantes para compreensão da quaestio, contudo, valendo-me, igualmente, das informações extraídas do sistema informatizado deste Tribunal de Justiça, constata-se que a prisão do ora Paciente fulcrou-se na extrema gravidade do caso em concreto.

Neste passo, permito-me reproduzir breve excerto do decisum constitutivo da liberdade do Paciente, in verbis:

'... Com a denúncia veio requerimento ministerial de

Superior Tribunal de Justiça

decretação da prisão preventiva do denunciado ADENILTON LEMES DE PAIVA, vulgo 'Lio O Doido Depreende-se da análise dos autos que o denunciado, no dia 31 de dezembro de 2016, efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima Alexandre da Silva Freitas, causando-lhe as lesões que foram a causa eficiente de sua morte, conforme laudo de exame cadavérico de fls. 65. Toda a empreitada criminosa teria se dado, pois o, denunciado decidiu matar a vítima sob a afirmação de que o mesmo teria cometido um suposto roubo em sua residência. Diante do caso concreto, verifica-se a extrema necessidade da prisão, haja vista que se trata de crime grave e revertido de hediondez, que abala a ordem pública e a segurança social. Vê-se daí, já neste aspecto pontual, que a necessidade da tutela cautelar se faz sentir com o intuito de impedir a reiteração de atos criminosos dessa estirpe, bem como para acautelar o meio social da ação delituosa em questão, garantindo, outrossim, a credibilidade da Justiça, pelo afastamento da sensação concreta de inação e impunidade. De outro turno, a custódia também se justifica para assegurar a plenitude da instrução criminal. ... Soma-se a isso, o fato de que o pai da vítima fatal, após os fatos, compareceu perante a autoridade policial, relatando que vem sendo ameaçada de morte pelo denunciado, causando-lhe verdadeiro temor. A medida também se mostra importante para eventual aplicação da lei penal, na medida em que o réu poderá evadir-se para lugar muito aquém do distrito da culpa, a fim de não se ver processado, uma vez que não há nos autos qualquer comprovante de residência fixa ou de exercício de atividade laborativa por parte do mesmo. ...' (grifos nossos)

Da breve leitura do excerto acima reproduzido, vê-se de forma irrefutável que a custódia do ora Paciente encontra-se devidamente fundamentada e consoante a norma legal.

Prosseguindo, por certo não se desconhece que os feit atinentes aos réus que se encontram com suas liberdades restringidas devem ter prioridade em seus trâmites, entretanto, como em qualquer ação judicial, impõe-se respeitar o rito legal para que não se ofenda o princípio do devido processo legal e da ampla defesa.

Neste trilhar, em que pese o diploma processual penal em seus dispositivos indicar lapsos temporais para realização dos atos processuais, não há como se considerá-los em uma mera operação aritmética, em razão da necessidade de se aferir no caso em concreto a existência ou não da extrapolação do lapso na condução da marcha processual.

In casu, apesar do esforço argumentativo da Impetrante, não vislumbro desídia ou inércia do Juízo apontado como coator na condução da ação penal em desfavor do Paciente.

Veja-se que a instrução processual teve seu início em

Superior Tribunal de Justiça

28.06.2018, tendo ocorrido a oitiva das testemunhas Arthur, Paulo, Edna e Jocassia, faltando retornarem precatórias expedidas para a oitiva de outras testemunhas.

Deste modo, não se me afigura que o Juízo tido por coator mantém-se inerte ou proceda com desídia na condução na marcha processual, e, o que se constata, a bem da verdade, é a busca da garantia da ampla defesa do Paciente, observando todos os atos necessários para o correto trâmite da ação penal.

Além disso, não se pode olvidar que o excesso de prazo caracterizador do constrangimento ilegal é aquele oriundo da inércia do Juízo em não dar andamento célere ao processo quando possível fazê-lo, o quê, não se constata na presente hipótese.

[...]

Portanto, apesar de um alongamento na instrução processual, tenho por repetir como patente a ausência de inércia ou desídia do Juízo apontado como coator na condução dos autos da ação penal, entretanto, como bem pontuado pela ilustrada Procuradoria de Justiça, impõe-se recomendar ao Juízo que proceda com a máxima celeridade a fim de efetuar a prestação jurisdicional.

Com relação ao pleito de concessão de medidas cautelares da prisão, diante da presença inequívoca dos requisitos da prisão preventiva no caso em concreto, não se mostram elas suficientes para a hipótese.

Assim, inexistente constrangimento ilegal a ser amparado pela ação mandamental" (fls. 11-19, grifei).

Da leitura do excerto acima transcrito, verifica-se que, apesar do atraso na instrução criminal, ele se justifica, seja em razão **das peculiaridades da causa, que investiga crime de homicídio duplamente qualificado; seja pela complexidade do feito, evidenciada pela necessidade de expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas**, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Assim, faz-se necessário asseverar que o feito estaria seguindo seu trâmite regular, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário.

A corroborar tal entendimento, a jurisprudência desta Corte Superior sobre o tema:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. DEPUTADO ESTADUAL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. IMUNIDADE FORMAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. MANIFESTAÇÃO DA DEFESA NA SESSÃO DE JULGAMENTO. INVIABILIDADE. PRISÃO CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO. ORDEM DENEGADA.

[...]

VII - A gravidade concreta dos delitos justifica a prisão e a impossibilidade de sua substituição por outra medida cautelar prevista no art. 319 do CPP.

VIII - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais, quanto mais ao se levar em consideração o fato de terem sido denunciados 19 (dezenove) acusados, com a imputação de diversos crimes e extenso número de testemunhas, aliado à premissa de já se ter iniciado a instrução processual, com o início da oitiva dos testigos arrolados pelo Ministério Público Federal, em 21/05/2018. (Precedentes do STF e do STJ).

Habeas corpus parcialmente conhecido e nessa extensão denegada a ordem." (HC 430.387/RJ, **Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer**, DJe 01/08/2018, grifei).

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável,

Superior Tribunal de Justiça

impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

2. No caso, verifica-se que o feito esteve em constante movimentação, seguindo regularmente sua marcha, o qual conta com 5 réus, diversas condutas a serem apuradas e necessidade de expedição de cartas precatórias, aguardando-se, no momento, manifestação do Juízo, após a apresentação da defesa pelo recorrente e outro corréu, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.

3. Ainda que o paciente esteja preso por volta de 545 dias, não se revela desproporcional, no momento, a custódia cautelar diante da pena em abstrato do delito a ele imputado na denúncia.

4. Recurso em habeas corpus improvido, mas com recomendação de celeridade no julgamento da ação penal." (RHC 99.937/BA, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 05/11/2018, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO DE HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE CAPITAIS. PRISÃO PREVENTIVA. DESNECESSIDADE. REITERAÇÃO DO HC N. 359.131/RS. PRISÃO DOMICILIAR PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE INJUSTIFICADO EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA RESPONSÁVEL PELA LAVAGEM DE DINHEIRO DO MAIOR GRUPO DE TRÁFICO DE DROGAS DE PORTO ALEGRE. PLURALIDADE DE RÉUS. OITIVA DE INÚMERAS TESTEMUNHAS (64). EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. ANDAMENTO REGULAR. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. RECOMENDAÇÃO.

1. Havendo a interposição de recurso e impetração de habeas corpus com circunstâncias fáticas e jurídicas idênticas, o julgamento deste pela Quinta Turma deste Tribunal prejudica o exame do recurso ordinário, haja vista a reiteração de pedidos e a efetiva prestação jurisdicional.

2. A ausência de manifestação do Tribunal de origem acerca da ausência de tratamento médico adequado ao recorrente no estabelecimento prisional em que se encontra custodiado aliada à ausência de comprovação, de plano, das alegações defensivas, impedem o exame da questão por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

3. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição

Superior Tribunal de Justiça

realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.

4. Justifica-se certa morosidade em ação penal complexa pois investiga a ação de organização criminosa responsável pela lavagem de capitais oriundo do tráfico ilícito de entorpecente que teria movimentado cerca de 18 milhões de reais entre os anos de 2010 e 2014, sendo o recorrente apontado como principal parceiro de Alexandre, o líder da organização, no comando do tráfico de Porto Alegre e tido como o "braço armado" do traficante no controle dos pontos de venda, além de comandar empresas vinculadas à lavagem de veículos e estacionamentos, contando a ação com 27 réus, oitiva de 64 testemunhas, sendo 12 da acusação e 52 da defesa, necessidade de expedição de cartas precatórias para oitiva de três testemunhas defensivas, substituição de oitiva de outras 22 testemunhas da defesa por apresentação de declarações abonatórias, e, ainda, existência de inúmeros pedidos de revogações de prisões preventivas do recorrente e demais corréus, tudo a justificar a necessidade de despender maior tempo no cumprimento dos atos referente à fase de instrução do processo.

5. Não se verifica constrangimento ilegal quando o Magistrado processante tem adotado medidas para imprimir celeridade na solução do caso, como na espécie.

6. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, na parte conhecida, improvido. Recomendação de exame urgente da situação médica narrada" (RHC n. 82.369/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 25/10/2017).

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 35 DA LEI N.º 11.343/2006. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INSURGÊNCIA EM TORNO DA AUTORIA DELITIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. TESE DE EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA.

1. A custódia cautelar foi devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública, em razão da

Superior Tribunal de Justiça

gravidade concreta do delito, ficando ressaltado que o Paciente e outros acusados estão envolvidos em organização criminosa de intensa periculosidade.

2. Com efeito, consoante afirmado pelas instâncias ordinárias, o Paciente integra organização criminosa identificada como "OS V7", facção "extremamente perigosa e violenta", cabendo a ele o "armazenamento, fracionamento e embalo das drogas", atuando, ainda, "na venda de drogas, especialmente crack e cocaína".

3. A análise mais profunda da alegada ausência de autoria delitiva para a prisão preventiva do Paciente demandaria, necessariamente, um exame acurado das provas, incabível na via estreita do habeas corpus.

4. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual eles têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica na hipótese.

5. Conforme ressaltado pelo Tribunal a quo, cuida-se de processo complexo, cuja matéria denunciada diz respeito a uma organização criminosa de alta periculosidade, envolvendo 48 (quarenta e oito) réus, com necessidade de citação de todos eles, nem todos assistidos pelo mesmo defensor, havendo, ainda, a necessidade de expedição de cartas precatórias. 6. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

7. Demonstradas pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não é possível a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n.º 12.403/2011.

8. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada." (HC 476.912/RS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe 04/02/2019, grifei).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS.

Superior Tribunal de Justiça

ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. 3 DELITOS DIFERENTES. PLURALIDADE DE RÉUS (13). DEFENSORES DISTINTOS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. REITERADOS PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que a mora para o julgamento decorre da complexidade do feito, porquanto se trata de feito em que se investiga a existência de uma sofisticada organização criminosa, com apuração da prática de pelo menos três crimes diferentes, praticados por 13 agentes, assistidos por advogados distintos, sendo necessária, inclusive, a expedição de cartas precatórias e a remessa dos autos à Defensoria Pública, havendo reiterados pedidos de revogação da custódia cautelar.

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 380.278/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 27/03/2017).

Tenho, portanto, que não há qualquer elemento que evidencie a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, do alegado constrangimento ilegal por suposto excesso de prazo.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XVIII, alínea a do RISTJ, não conheço do presente habeas corpus. Expeça-se, contudo, recomendação ao eg. Tribunal de origem para que imprima a maior celeridade possível no julgamento da ação penal.

Superior Tribunal de Justiça

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

